

## **RESENHA BIBLIOGRÁFICA**

Eliana Corrêa Aguirre de Mattos

### **INTRODUÇÃO**

Em *Colapso* (Rio de Janeiro: Record, 2005), Jared Diamond faz um trabalho de fôlego, no qual ousou enfrentar, com sucesso, o dilema em que está hoje nossa sociedade globalizada ao se deparar com diferenças abissais de desenvolvimento nos países os quais ele dividiu em Primeiro Mundo e Terceiro Mundo.

Elas se dão em termos de crescimento econômico, padrões de consumo, políticas, crenças e padrões éticos e, principalmente, na relação com o meio ambiente e com os recursos naturais, renováveis e não renováveis.

Esta divisão pode ser alvo de críticas, bem como o tom que adota, se visto isoladamente, nos capítulos finais do livro, marcando as posições primeiro-mundistas, que “ditam” a ordem mundial, e terceiro-mundistas, que as têm que acatar.

A meu ver, esta impressão é dissipada tomando-se em consideração que o autor é de origem norte-americana e fala diretamente aos seus conterrâneos, tecendo-lhes igualmente duras críticas, tal qual o faz a toda a sociedade, modernas e antigas, do primeiro e do terceiro mundos, no decorrer da exposição e aplicação dos critérios adotados.

Mas sua ousadia não é gratuita: respeitado biogeógrafo nos meios acadêmicos internacionais, pesquisador em ornitologia e biologia evolutiva, ganhador de vários prêmios em que se destaca o Pulitzer de Literatura com seu trabalho anterior e best seller *Armas, germes e aço*, no qual investiga as diferentes evoluções e desenvolvimento de técnicas, materiais e imunidades que privilegiaram algumas sociedades humanas em detrimento de outras.

O presente livro é outro que lhe segue a linha, reunindo novamente elementos desta “química” que reúne eficientemente diversos ramos da ciência humana e dados técnicos, das mais diversas categorias. Retomaremos este ponto na última parte.

O subtítulo do livro já diz a que veio: “como as sociedades *escolhem* (grifo nosso) o fracasso ou o sucesso”. É emblemática a importância dada ao elemento volitivo, indicando que está nas sociedades o poder de decisão final, não obstante todas as dificuldades e os diversos interesses cujas demandas se impõem, pela emoção, razão ou pela força, para serem atendidas.

Se nada fizermos para modificarmos o prognóstico sombrio que se nos apresenta, ou seja, se simplesmente quedarmos-nos como espectadores das nossas atitudes, o que nos aguarda?

De uma ironia perversa, atenta que não será um cenário de Dia de Juízo Final, com a extinção da humanidade sob o soar das trombetas do apocalipse, de forma imediata, absoluta. Mas, paulatinamente, enfrentaremos “apenas” um futuro com padrão de vida consideravelmente menor, com declínio progressivo de nossos valores fundamentais e o aparecimento de grandes epidemias em diversos pontos do planeta, guerras, genocídios, escassez generalizada de recursos naturais

básicos tal como a água doce e o solo agricultável, comprometendo ainda mais a sobrevivência de muitos e o “encastelamento” de poucos.

Didaticamente, o autor inicia com a identificação e discussão de cinco pontos que precipitariam um colapso ambiental: dano ambiental, mudança climática, vizinhança hostil, parceiros comerciais amistosos e as respostas das sociedades aos seus problemas ambientais.

Explicando melhor, temos que o dano ambiental depende das propriedades ambientais relativas aos impactos causados pelos seus agentes humanos e às condições inerentes do meio ambiente, como também de sua fragilidade e sua resiliência, que é o potencial para se recuperar dos danos sofridos.

Mudanças climáticas podem ter causa natural, inerente à atividade humana, como o são as erupções vulcânicas, mudanças de orientação da Terra em relação à sua órbita, deslizamento das placas de gelo continentais. E também aquelas fruto da interferência humana no meio, desequilibrando o sistema, como a destruição da camada de ozônio pela emissão de gases poluentes tóxicos.

Vizinhos hostis e parceiros comerciais amistosos estão diretamente relacionados com o comportamento humanos entre seus semelhantes, e os diversos conflitos que podem daí advir, desde a defesa de interesses condicionados à satisfação coletiva ou meramente pessoais, até comerciais, religiosos ou militares.

Estes critérios também podem ser aplicados a posicionamentos de caráter moral e religioso do grupo dominante, que, por sua vez, podem culminar em atitudes preconceituosas intransponíveis e comprometer a harmonia entre as comunidades envolvidas, levando até à subjugação e aniquilação de uma delas.

O último fator assinala que sociedades diferentes, tal como indivíduos diferentes, respondem de modo diferente a problemas semelhantes, pois dependem de suas instituições políticas, econômicas e sociais e de seus valores culturais. Esta sinergia entre os integrantes da sociedade, e dos seus indivíduos, em torno de ideais e propósitos comuns se mostrará fundamental para que em situações de crise as ações sejam implementadas, e seus resultados rediscutidos, formando-se uma cadeia genuinamente representativa desta sociedade e de seus anseios coletivos para a resolução do conflito.

Todos estes critérios se entrecruzarão e serão significativos, em maior ou menor medida, na análise minuciosa de determinadas sociedades antigas e modernas cuidadosamente pinçadas pelo autor, de que trata a maior parte do livro, cuja breve síntese segue no próximo item.

### ***PRIMEIRA PARTE: EXPERIÊNCIAS DAS SOCIEDADES ANTIGAS E MODERNAS***

Tomaremos, para o primeiro caso, a sociedade dos insulares de Páscoa, dos maias e da Groenlândia Nórdica; para o segundo, da Ilha Hispaniola e da Austrália.

A Ilha de Páscoa, ocupada em torno de 900 d.C. e cujo declínio se acentuou a partir de 1680, hoje é local de turismo e nos causa assombro com suas gigantescas estátuas voltadas para o mar, em um ambiente completamente estéril.

É, no entanto, o exemplo mais extremo de destruição de florestas, em que absolutamente toda ela foi devastada, com conseqüências ainda mais sinistras para a população outrora existente, fato este extensivo e detalhadamente comprovado com pesquisas usando técnicas como a palinologia (análise de pólen) e datação radiocarbônica por diversos profissionais especialistas, entre eles zooarqueólogos, climatologistas, historiadores, botânicos.

O resultado da diminuição na produção de alimentos pela perda de solo rapidamente passou para a fome, guerras civis, diminuição da população, canibalismo, curta sobrevivência da população restante em cavernas e, por fim, seu definhamento total.

De nada adiantou os chefes locais se digladiarem entre si e construírem estátuas cada vez maiores para reconquistar a confiança religiosa neles depositada pelo seu povo – o ambiente estava em franco declínio e, com ele, seu poder.

Mas por que o desmatamento teve este efeito trágico extremo em Páscoa? Devido à fragilidade também extrema de seu ambiente, muito maior que qualquer ilha do pacífico, levada à exaustão pelo abuso incauto de seus habitantes.

Hoje também rota de turismo, as ruínas maias têm extensão maior que a Ilha de Páscoa e impressionam pela beleza de seus detalhes e o conhecimento por sua civilização de avançadas técnicas de arquitetura e de contagem do tempo. O seu período clássico inicia-se em 250 a.C., e por volta de 1500 d.C. já não foram encontrados pelos espanhóis senão ecos dos seus milhões de habitantes.

Mais uma vez, o auge populacional foi seguido de rápido colapso político e social; no caso dos maias, alguns elementos determinantes podem ser identificados: vários e não apenas um único colapso; recorrência das secas e guerras crônicas; crescimento populacional superando os recursos disponíveis e, por último, indiferença ou incapacidade dos líderes ante os problemas de seu povo. Isto porque sua atenção estava voltada ao auto-enriquecimento a curto prazo, guerras, competição e extração de comida dos camponeses para sustento de todas estas atividades.

Para fecharmos este rol, o fracasso da Groelândia Nórdica após um período de 450 anos, aproximadamente até 1435 d.C., retoma os critérios investigados pelo autor, quais sejam: impacto nórdico no meio ambiente, mudança de clima, declínio do contato amistoso com a Noruega, aumento de contato hostil com povo local, os *inuits*, e a visão conservadora dos nórdicos.

Estes, até o seu fim, recusaram-se a olhar e a aceitar a terra onde viviam, suas especificidades, importando não só seu sentimento de pátria da Noruega, mas seus costumes agropastoris, mercantis e religiosos. Mantiveram seus preconceitos arraigados ao se recusarem a aprender minimamente, por exemplo, com os *inuits*, que já lá estavam e que permaneceram por um longo tempo ainda, técnicas simples de caça.

O preço da intolerância e do apego aos valores sociais, além da defesa de interesses próprios e em curto prazo, foi pago pelos detentores do poder, clero e chefes, os últimos a cair.

Passemos à exposição de duas sociedades, ou, como veremos, três, duas delas localizadas na Ilha Hispaniola e a terceira na Austrália.

Podemos assegurar que, ainda que diferenças ambientais houvesse nos dois lados da Ilha, os tipos de colonização a que foi submetida foram determinante a sua história, desenvolvimento,

identidade autodefinida, instituições e líderes recentes do Haiti e da República Dominicana. Hoje, o Haiti é uma nação com problemas quase insolúveis, populoso (e com taxas de crescimento altas), pobre, de limitados recursos naturais, envolvido em uma política demasiado corrupta e líderes ditatoriais sangrentos.

A República Dominicana situa-se na parte leste da Ilha e teve diretrizes comerciais diversas após sua independência. Como diferencial, um líder controverso que em pleno século XX estancou a degradação e exploração ambiental locais e aplicou medidas coercitivas que tiveram, em médio e longo prazos, pontos positivos para a sobrevivência econômica, política e ambiental do País.

No entanto, ainda que debelados, estes problemas recrudesceram pela atual demanda de outros países nos recursos existentes e de seu próprio vizinho, Haiti, cuja população desesperada atravessa a cordilheira que os separa e se apropria das madeiras, de empregos e comércio informal e acaba por colaborar na desestabilização da implantação de políticas públicas, mercantis e ambientais pelo governo e instituições locais.

São casos típicos, os quais não temos informações na mídia que nos coloquem a par, e com mínimo de credibilidade e imparcialidade, da situação sociopolítica e econômica destes países; só sabemos que as perspectivas não são animadoras pelo contexto histórico de cada país e pela profusão de interesses, não coletivos, em jogo.

Tomando o último exemplo de sociedades modernas escolhido por Diamond, vejamos a Austrália.

Os equívocos são tantos que contribuem para seu demérito a sua condição de país com pessoas razoavelmente educadas, alto padrão de vida e instituições relativamente honestas – o peso da responsabilidade é ainda maior. Seu meio ambiente é frágil, seus solos são deficientes em nutrientes e com alto teor de sal.

Apesar disso, desde o início da sua colonização, de origem inglesa, em 1788, os australianos vêm minando e superexplorando seus recursos naturais renováveis, com práticas agropastoris equivocadas, sobrepesca, devastação de florestas legitimada e até mesmo exigida pelo governo, até 20 anos atrás, maximizando a erosão do solo e assoreamento dos corpos d'água.

Destaque-se ainda a introdução de espécies exógenas, tais como os coelhos e as raposas, entre outros, cuja proliferação fugiu ao controle e se tornaram grandes vetores de destruição, até hoje sem perspectivas de manejo exequível. Para ilustrar: uma prática deveras impactante reportada para os coelhos é a retirada de suas tocas com potentes retroescavadeiras e posterior destruição com dinamites.

Tais quais os nórdicos na Groenlândia, que não se atentaram que a terra em que viviam não era a Noruega cristã medieval, também incorreram no mesmo erro os australianos, fechando os olhos para as especificidades e a paisagem australiana, implantando até hoje práticas e manejos agropastoris falidas nesta terra.

O que dizer de, até 1973, submeterem listas à Inglaterra para consagração da alta honra de cavaleiros? E terem como padrão dos valores das terras australianas aquele usado pela Inglaterra?

Até as décadas de 1960/70 existia a política da Austrália Branca, na qual apenas ingleses e irlandeses podiam imigrar, pois se temia que “gente sem antecedência anglo-celta” não se adaptasse

à sociedade australiana; apenas a partir da década de 70 permitiu-se a entrada de seus vizinhos asiáticos. A história prova que melhor assim: de fato, aos de descendência anglo-européia caberá o maior quinhão da conta da degradação de um país inteiro.

Hoje, cada vez mais a maioria dos australianos não depende ou vive realmente do ambiente australiano, mas em cinco cidades, Sydney, Melbourne, Adelaide, Perth e Brisbane, mais conectadas ao exterior do que às terras australianas.

Ainda avessos ao país, persiste na Austrália uma política de povoamento, mesmo que as evidências mostrem que não há condições de sustentar população significativamente maior. A produtividade de algumas culturas, como o carro-chefe de sua economia, o trigo, é obtida à custa de muitos fertilizantes e pesticidas e manejo incorreto da água, que aumenta a salinização e indiretamente degrada o sistema hídrico, exaurindo a população de peixes de água doce e salgada, bem como degradando os recifes de corais, berço de vida aquática e outra fonte de renda australiana, o turismo.

Existe ainda a extração mineral predatória, e a lista parece não ter fim. Logicamente, não passa despercebido a grupos australianos e segmentos do governo o tamanho do problema que têm em mãos para resolver, se quiserem continuar chamando a Austrália de pátria. Resta saber, como assim em relação àquelas sociedades modernas aqui citadas e outras tratadas no livro, se terão vontade política e coletiva para fazê-lo.

## **SEGUNDA PARTE: RELAÇÃO AMBIENTE – EMPRESAS – SOCIEDADE**

No sentido de completude em relação ao seu trabalho, o autor dedica um capítulo à questão empresarial, e a sua relação com ambiente e a comunidade, que inclui governantes e políticos.

Para tanto, ele separou as atividades empresariais voltadas para a exploração de recursos não renováveis, como o petróleo, carvão mineral e extração de metais e de recursos renováveis, como a madeira e a pesca.

E da mesma forma também logrou êxito em dissecar os engendrados raciocínios que estão por detrás destes dois tipos de exploração. Para ser bem ilustrativo, tomemos a exploração de petróleo de metais, ambos recursos não renováveis.

A visibilidade dos impactos causados por vazamentos de petróleo perante a sociedade, aliada às características inerentes do negócio, tipo, vida útil da exploração e lucratividade, faz com que as empresas que queiram se sobressair economicamente no mercado planejem e implantem instrumentos poderosos e relativamente baratos de sustentabilidade de sua atividade, como o manejo ambiental das áreas de exploração. O campo de petróleo da Chevron em Kutubu é de longe o maior e o mais rigorosamente controlado parque nacional de Papua-Nova Guiné.

Um detalhe que se mostra determinante no sucesso ou insucesso das medidas mitigadoras de impactos causados pela extração de recursos naturais é a relação inversamente proporcional entre interesse/posterior combatividade da comunidade e o tamanho da cadeia produtiva do recurso. Ora, para o petróleo, esta é relativamente curta: além da visibilidade dos danos dos acidentes, na mídia,

os consumidores podem facilmente boicotar o abastecimento de seu combustível para esta ou outra bandeira.

E para os metais? Além de alguns, como ouro, serem artigos de luxo, o seu uso em geral é em tão pequena quantidade que há dificuldades práticas na rastreabilidade do metal: de onde vem o cobre usado nesta fiação? Por quantos processos passou da mina até o produto final, disponível ao consumidor? Como este poderá reagir e pressionar o mercado, se precisar?

Deste raciocínio abusam as empresas mineradoras de metal, aliadas a uma legislação obsoleta protecionista e mais uma boa dose de equívocos de cunho político. Hoje existe uma grande crise neste setor, que é responsável por imensos impactos ambientais cuja conta para o meio ambiente e para os contribuintes se situa em níveis sempre estratosféricos, quase inexecutáveis.

Se, na melhor das hipóteses, valores forem acordados para mitigação dos danos, nunca chegam a ser suficientes para abarcar toda a remediação, que inclui toxicidade da água, dos solos e comprometimento da área para a vida humana e selvagem.

A falta de manejo e acondicionamento dos resíduos tóxicos, jogados até hoje nos rios ou colocados a céu aberto após o fechamento da mina, se apresenta como uma indubitável externalidade do processo que se queda sem regulamentação ou mitigação. Os exemplos são dos EUA, estados de Montana, Arizona e Nevada.

A solução dada por Diamond é simples: o custo da extração de determinados metais tem que ser identificado, legitimado e incorporado pela cadeia produtiva, envolvendo desde a mudança estrutural das empresas de mineração até o consumidor, assim como o fazem as empresas de petróleo.

No caso das empresas madeireiras, tal qual as de mineração, têm comportamentos similares por três motivos em comum: lucro, cultura corporativista das indústrias e atitudes da sociedade e governo.

A atividade madeireira em larga escala internacional é cada vez mais lucrativa, e as sedes de suas empresas estão na Malásia, Taiwan e Coreia do Sul, cujo foco são as florestas do sudeste asiático, ilhas do Pacífico e América do Sul.

Cabe citar que entre ela está o Japão, que implantou com sucesso preservação e reflorestamento das suas matas, mas importa a madeira de que necessita destes locais. Este é um caminho que também esta sendo tomado pela China, outro país abordado pelo autor, repleto de idiosincrasias e números, sempre gigantescos, que por si só impactam onde quer que pise.

Como apenas 12% das florestas do mundo estão em áreas protegidas, e aquelas remanescentes fora desta área serão destruídas por extração não sustentável nas próximas décadas, setores da indústria madeireira se juntaram a organizações ambientais não-governamentais para propor alternativas de sustentabilidade de seu próprio negócio.

A solução veio pela forma de certificação voluntária, selo que atesta por meio de auditorias de terceira parte, isto é, independentes, se foram atendidas as condições de extração desta madeira e verificam sua rastreabilidade, acompanhando toda sua cadeia produtiva desde a origem até o consumidor final.

O primeiro, criado em 1993 e ainda forte pela confiabilidade que representa, é o selo da FSC, Forest Stewardship Council, organização que acredita organismos de certificação em todo o mundo para que estes realizem as auditorias e, no caso de atestar a conformidade com as normas preestabelecidas, fornecer o selo em caráter temporário para as madeiras, mantido ou retirado mediante regulares auditorias.

Podem acoplar, na sua normalização de certificação, aspectos sociais complementares, como, por exemplo, o cumprimento de aspectos quantificáveis de melhoria da qualidade de vida da comunidade no entorno da extração desta madeira, como atendimento à legislação trabalhista, de saúde pública, educação e presença de infra-estrutura básica, tal como fornecimento de água encanada, esgotos, luz elétrica.

Mercado em ascensão, liderado por países europeus, é um alento para que se possa estabelecer o equilíbrio no binômio demanda global da sociedade por madeira e permanência de florestas nativas e do ecossistema que dela depende, inclusive o ser humano.

## **CONCLUSÃO**

Nesta breve síntese de alguns pontos levantados por Jared Diamond em seu livro *Colapso*, permanece subliminar a premissa básica por ele colocada, que é o poder de escolha da sociedade, de seus grupos dominantes e, em última análise, de seus indivíduos, em face de seus dilemas.

Para entender melhor e não simplesmente aceitar a complexidade do tema, ele classifica, como um “mapa rodoviário”, quais poderiam ser as possíveis atitudes desta sociedade.

Primeiro, o grupo pode não ser capaz de prever um problema antes que ele surja de fato (por exemplo, a introdução de raposas e coelhos na Austrália); segundo, quando o problema surge, o grupo pode não conseguir identificá-lo. Então, após percebê-lo, pode nem mesmo tentar resolvê-lo (ilustrado pela falta de comida na Groenlândia Nórdica, que levou ao definhamento lento, mas irreversível, dos remanescentes habitantes). Ou mesmo tentar resolvê-lo, mas não ser bem-sucedido.

Neste último caso, seu insucesso também pode se dar pelo uso da falsa analogia, como na Austrália, cuja paisagem era apenas similar à anglo-saxônica aos olhos dos colonizadores.

Outro fenômeno associado à dificuldade de uma sociedade em resolver seus problemas é quando ele toma a forma de tendência lenta, oculta por grandes e requentes variações, chamado “amnésia de paisagem”: um exemplo atual é o aquecimento global, cujas flutuações ainda deixam na dúvida alguns pesquisadores. Isto pode servir de justificativa para que o governo norte-americano, por exemplo, ainda não tenha tomado isolada e cooperativamente uma série de medidas preventivas e mitigadoras sobre a questão.

Talvez este também deva ser o motivo pelo qual supostamente prescindiu de comoção o corte da última palmeira em Páscoa, pois seus habitantes já não se lembravam de como eram o porte e a paisagem abundante que elas compunham, no passado.

O sucesso relatado para a Ilha de Tikopia e para as terras altas da Nova Guiné, e, para não tomarmos exemplos tão ermos, a Holanda, inclui a administração local de seus problemas.

Mais que isso, no compartilhamento destes pelo conjunto da comunidade, entre os mais ricos e os menos afortunados, os chefes e seus subordinados, os pertencentes a cargos institucionais mais elevados com os de menor importância hierárquica, enfim, a condição “sine qua non” é que a todos serão aproveitados as benesses e os desastres das decisões tomadas.

Nisto o autor enfatiza a responsabilidade que detém o público, ora como comunidade local, ora como consumidor final. Não só em termos de pressão contra a sanha dos lucros abusivos da iniciativa privada, pois, como visto, se realmente lhe interessar, pode reverter em lucros também para a comunidade e o meio ambiente.

Mas também investidas contra a política praticada por governantes inescrupulosos que mantém a pobreza de seu povo para melhor poder explorá-lo, pois sabem de antemão que a moeda de barganha é a sobrevivência, prioritária em relação às florestas nativas, por exemplo.

E assim afrouxam uma legislação mais restritiva que poderia beneficiar a coletividade, ou usam a máquina governamental para interesses próprios, por exemplo valorizando suas terras, poupando seus gastos, ou seja, agindo em curtíssimo prazo em território coletivo, praticando a tragédia do bem comum.

Desta forma, tem-se hoje um conjunto de problemas de não-sustentabilidade, a saber: destruição de habitats em taxa acelerada, com perdas incalculáveis de biodiversidade (o termo é correto, pois milhares de espécies ainda não foram catalogadas), eliminação dos predadores do topo da cadeia alimentar (ursos, baleias, gorilas, tigres, elefantes), com conseqüências imprevisíveis, acrescentando-se neste item a introdução de espécies exóticas.

Total desequilíbrio na utilização do bem comum, como por exemplo dos peixes e da vida marinha; perda acelerada das camadas mais férteis do solo, levando à erosão, diminuição da produtividade, assoreamento dos rios, acidificação e salinização do solo.

Somem-se a estes a finitude dos combustíveis fósseis, dos quais provém nossa energia, e da água doce; má utilização da energia solar fotossintética; destinação e manejo de nossos resíduos, sejam os lixos domésticos, sejam os tóxicos, sólidos e gases, com componentes químicos nocivos à saúde, metais pesados, persistência e cumulatividade nos organismos vivos e no solo.

E, finalmente, o aumento da população, causando um impacto humano total não só per capita mas devido ao aumento dos padrões de vida dos habitantes do Terceiro para aqueles do Primeiro Mundo, além das migrações.

Esta é a perversidade do sistema: não é possível elevar o padrão de todos os habitantes àquele do primeiro mundo. Ora, mas com quais perspectivas poderão viver os que galgam esta aspiração? Quem pode lhes negar o direito? A que preço se mantêm os habitantes do Primeiro Mundo? Quem ou o que lhes dirá que deverão ceder em seus hábitos e padrões de vida em nome dos menos afortunados que estão não muito longe de suas vistas?

Estes são problemas que se nos apresentam e estão de tal modo entrelaçados, como muito bem enfatiza o autor, que não serão resolvidos senão conjuntamente, ou seja, de nada adianta dedicar-se a 90% deles, pois os 10% restantes serão fundamentais para o sucesso no resultado final.



Aqui está o cerne do conflito que a sociedade terá que enfrentar, cedo ou tarde; melhor que seja buscando as suas raízes e experiências no seu passado que possam dar a luz necessária para as decisões do futuro.

No início desta resenha utilizei a palavra eficiente para a forma escolhida pelo autor na composição de seu trabalho. Merece maior detalhamento.

De fato, podem-se inferir as razões pelas quais obteve acessibilidade e conseqüente aceitabilidade pelo público, quais sejam: utilização de dados reais, de cunho científico, originados de um levantamento extenso e criterioso de pesquisas realizadas por um campo variado de profissionais especialistas.

O diálogo constante com o leitor, explicando-lhe de forma detalhada, porém simples, sem subestimá-lo, os termos ou processos técnicos utilizados, nivelando o conhecimento para que, em um desenrolar progressivo, as suas idéias possam ser, mais que mostradas, compartilhadas.

Em várias partes do livro pode-se experimentar a sensação de visualização dos cenários, tal a riqueza de elementos da narrativa, como em flashes fotográficos captando determinada cena.

Quer ver? Retome o capítulo sobre a Groenlândia Nórdica: como foi a última refeição dos últimos sobreviventes? Tenho certeza que poderá descrever suas roupas, seus instrumentos, seu abrigo e até visualizar suas feições já sem esperança... Mostrou-se, portanto, um recurso do autor que enriqueceu a narrativa e o entendimento por detrás da escrita.

A preocupação quase obsessiva com a contextualização de cada tempo cronológico, e da sociedade sobre a qual se estava debruçando, também foi um artifício valioso na conexão necessária dos temas e dos argumentos propostos.

Por fim, um artifício de estímulo derradeiro, após 600 páginas de leitura, que é a discussão de frases-chavões: proporciona facilitação, ao leitor, de identificação com os elementos de sua realidade, de frases ouvidas e não discutidas, ou aquelas nas quais você crê, ou rejeita, ou mesmo sobre as quais pairam “aquelas” dúvidas...

Neste exercício, o autor testa a nossa escala de valores, colocando-os perante uma série de argumentações para as quais não é necessária a concordância ou a discordância, mas a discussão, a inserção de novas idéias e maneiras de pensar que podem ser totalmente novas ou até mesmo consolidar o entendimento pessoal de cada um – agora é uma opção do leitor.

Está feito o “eficiente” contato com o público, para a exposição de uma literatura que se interpõe entre a acadêmica e a popular, aspiração de todo pesquisador e de todo leitor, ainda que este possa ser apenas um curioso.